



CÓD: SL-080MA-22
7908433221418

TRT-RS

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Praticando - 600 questões Gabaritadas

QUESTÕES GABARITADAS

LÍNGUA PORTUGUESA

LÍNGUA PORTUGUESA

1.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRF 4ª REGIÃO)/ APOIO ESPECIALIZADO/CONTADORIA/2007 (E MAIS 5 CONCURSOS)

Atenção: A questão refere-se ao texto que segue.

Verdades e máscaras

Alguém já disse que, sem o auxílio de algum tipo de “máscara” em nosso comportamento, não sobreviveríamos como sociedade. A verdade clara e radical de cada um, se exibida e praticada sem qualquer mediação, seria insuportável. As chamadas “regras de convívio” supõem, sempre, algum “mascaramento”. Todos os nossos atos devem passar pelo filtro da conveniência, pelos padrões da “educação”, sob pena de serem tachados de insanos e violentamente repudiados.

Num poema famoso, Manuel Bandeira confessou estar seduzido pelo lirismo libertário que reconhece nos bêbados e nos loucos. O poeta sabe que, nessas personagens, o impulso de liberdade já fugiu ao controle da razão, e se proclama sem qualquer senso de responsabilidade. São, por isso, inspirações para uma arte libertária, ou mesmo libertina: o poema está, aliás, num livro chamado Libertinagem. De fato, nada mais temível, quando se está lúcido, que a presença de um louco ou de um bêbado: sabe-se que deles se pode esperar tudo, que estão imunes a qualquer necessidade de mascaramento. Podem vir deles as verdades que ninguém costuma dizer. Algo semelhante, aliás, ocorre com a língua espontânea, sem freios, das crianças pequenas.

Isso esclarece um pouco a razão das tensões que costumam nos tomar em nosso cotidiano. Vivemos buscando a verdade e a sinceridade absolutas, detestamos a hipocrisia e a falsidade; no entanto, ao mesmo tempo, temos que admitir e reprovar, em nós mesmos, a fraqueza de cada máscara que nos seja conveniente. Vivemos, assim, sobre esse fio de navalha entre a verdade e o disfarce. Queremos a qualquer custo um amigo verdadeiro, “que nos olhe nos olhos”; no entanto, sabemos o quanto é difícil aceitar sem mágoa a eventual reprimenda que, com toda justiça, o amigo venha a nos lançar ao rosto.

Queremos ser, ao mesmo tempo, polidos e solidamente honestos. Mas a polidez acaba sendo, muitas vezes, um verniz artificial, que envergonha a nossa sede de honestidade. Acredita-se que tais contradições tenham nascido com as primeiras instituições humanas. Regidos pela necessidade de viver socialmente, estabelecemos normas de conduta, demarcamos fronteiras para as iniciativas pessoais. Sem isso, talvez não sobrevivêssemos como espécie, e certamente não sofreríamos o peso da nossa própria humanidade.

(Calógeras do Nascimento)

Está correta a grafia de todas as palavras em:

(A) Não é possível dissuadir alguém do uso da máscara, pois tal iniciativa só poderia advir de quem pudesse dispensar toda e qualquer dissimulação.

(B) Se sobrevivem alguma frustração no uso de máscaras, maior ela será para quem se abstenha de as utilizar.

(C) A cortezia nem sempre é fraldulenta; felizmente, há muitas pessoas que prezam a delicadeza como um valor autêntico e inestimável.

(D) A verdade não tem um valor venal, que se apresse em moeda conhecida; não consta no herário público, nem é passível de transmissão hereditária.

(E) Quem menospreza as máscaras alheias está, na verdade, censurando a incompetência de quem as manuzeia junto ao rosto.

2.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRF 4ª REGIÃO)/ APOIO ESPECIALIZADO/BIBLIOTECONOMIA/2004 (E MAIS 6 CONCURSOS)

Justiça e burocracia

A finalidade maior de todo processo judicial é chegar a uma sentença que condene o réu, quando provada a culpa, ou o absolva, no caso de ficar evidenciada sua inocência ou se nada vier a ser efetivamente comprovado contra ele. O pressuposto é o de que, em qualquer dos casos, a sentença terá sido justa. Mas nem sempre isso ocorre. O caminho processual é ritualístico, metuciloso, repleto de cláusulas, de brechas para interpretação subjetiva, de limites de prazos, de detalhes técnicos — uma longa jornada burocrática, em suma, em que pe-

quenos subterfúgios tanto podem eximir de condenação um culpado como penalizar um inocente. Réus poderosos contam com equipes de advogados particulares experientes e competentes, ao passo que um acusado sem recursos pode depender de defensores públicos mal remunerados e indecisos quanto à melhor maneira de conduzir um processo.

No limite, mesmo os réus de notória culpabilidade, reincidentes, por exemplo, em casos de corrupção, acabam por colecionar o que cinicamente chamam de “atestados de inocência”, sucessivamente absolvidos por força de algum pequeno ou mesmo desprezível detalhe técnico. Quanto mais burocratizados os caminhos da justiça, maior a possibilidade de que os “expedientes” das grandes “raposas dos tribunais” se tornem decisivos, em detrimento da substância e do mérito essencial da ação em julgamento. A burocracia dos tortuosos caminhos judiciais enseja a vitória da má-fé e do oportunismo, em muitos casos; em outros, multiplica entraves para que uma das partes torne evidente a razão que lhe assiste.

(Domiciano de Moura)

A grafia de todas as palavras está correta na frase:

- (A) A sentença foi exarada sem que o juiz sequer vislumbresse os subterfúgios de que lançou mão o pertinaz advogado de defesa.
 (B) A alta incidência de erros judiciais constitui — ou deveria constituir — um alerta para que nossos juristas analisem com mais sensatez os ritos processuais.
 (C) Acabam sofrendo discriminação, nos julgamentos, os réus mais pobres, assistidos por advogados pagos irrizoriamente pelo herário público.
 (D) Um advogado honesto deve sentir-se pezaroso por ter de enfrentar a malícia de pares seus, que chegam a se gabar por ganharem uma causa inescrupulosamente.
 (E) É no fringir dos ovos — na hora da sentença — que se verá se o juiz se deixou ou não coptar pela argumentação falaciosa do esperto advogado.

3.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRF 4ª REGIÃO)/JUDICIÁRIA/SEM ESPECIALIDADE/2004)

Interação

Você eu não sei, mas um dos meus terrores é o teatro interativo. A possibilidade de acabar no palco, ou alguém do palco acabar no meu colo. Sei que a interação com o público é uma antiga tradição teatral. No teatro grego, não era raro alguém da platéia avisar ao Édipo que aquela era a sua mãe, forçando o ator a se fingir de

surdo para não estragar a trama. Contam que alguns vilões de Shakespeare chegavam a interromper suas falas para responder aos insultos mais pesados do público, embora não haja registro de que algum tenha usado sua espada para silenciar alguém.

Em todos esses casos, a iniciativa era da platéia. Foi com o teatro de revista que a participação do público começou a ser incentivada do palco. Mas a não ser por uma eventual corista querendo tirá-lo para dançar ou alguma piada dirigida à sua careca, os espectadores da primeira fila não tinham muito o que temer.

Certamente nada parecido com o que viria com o teatro moderno, quando as primeiras filas se transformaram em áreas de exposição ao vexame — quando não à matéria orgânica. Quando, por assim dizer, o palco contra-atacou.

Ir ao teatro virou uma tortura e as primeiras filas um tormento. Você nunca sabe o que espírrará em você, ou se a mulher nua que sentará no seu colo não começará a morder sua orelha, ou não será um homem. Ou se você não será arrastado para o palco, despido e lambido por todo o elenco.

Dei para pedir lugar nas últimas filas do teatro, longe das ameaças. E se me avisam que eu terei a visão do palco obstruída, digo “melhor!”. Não ver o palco significa que não me verão do palco.

(Luis Fernando Veríssimo, Banquete com os deuses)

A grafia de todas as palavras está correta em:

- (A) Há quem assista com displiscência as peças de teatro interativo, sem levar para casa nenhuma masela.
 (B) A protagonização de uma peça de Shakespere exige um ator bem forgado em inúmeras representações trágicas.
 (C) O que o autor do texto teme é a promiscuidade entre palco e público, difundida no teatro moderno à guisa de interação.
 (D) Não é prazeiroso ser conduzido à força ao palco, ao menos para as expectativas de um espectador comum, que prefere manter-se sijiloso, na escuridão.
 (E) Antigamente o procênio reservava-se aos grandes atores; hoje, ocupa-o um cidadão qualquer, transvestido de estrela da companhia.

4.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRF 4ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA JUDICIÁRIA/SEM ESPECIALIDADE/2004)

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

1.(FCC - Técnico de Controle Externo (TCE-GO)/Operacional/Técnica Operacional/2009 (e mais 1 concurso)

Uma proposição de uma linguagem é uma expressão de tal linguagem que pode ser classificada como verdadeira ou falsa. Com base nessa definição, analise as seguintes expressões:

- I. $3 + 8 < 13$
- II. Que horas são?
- III. Existe um número inteiro x tal que $2x > -5$.
- IV. Os tigres são mamíferos.
- V. 36 é divisível por 7.
- VI. $x + y = 5$

É correto afirmar que são proposições APENAS as expressões

- (A) I e IV.
- (B) I e V.
- (C) II, IV e VI.
- (D) III, IV e V.
- (E) I, III, IV e V.

2.(FCC - Soldado (PM BA)/2009)

Define-se sentença como qualquer oração que tem sujeito (o termo a respeito do qual se declara alguma coisa) e predicado (o que se declara sobre o sujeito). Na relação que segue há expressões e sentenças:

1. Tomara que chova!
2. Que horas são?
3. Três vezes dois são cinco.
4. Quarenta e dois detentos.
5. Policiais são confiáveis.
6. Exercícios físicos são saudáveis.

De acordo com a definição dada, é correto afirmar que, dos itens da relação acima, são sentenças APENAS os de números

- (A) 1, 3 e 5.
- (B) 2, 3 e 5.
- (C) 3, 5 e 6.
- (D) 4 e 6.
- (E) 5 e 6.

3.(FCC - Agente Fiscal de Rendas (SEFAZ SP)/Gestão Tributária/2006)

Considere as seguintes frases:

I. Ele foi o melhor jogador do mundo em 2005.

$$\frac{x+y}{5}$$

II. $\frac{x+y}{5}$ é um número inteiro.

III. João da Silva foi o Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo em 2000.

É verdade que APENAS

- (A) I e II são sentenças abertas.
- (B) I e III são sentenças abertas.
- (C) II e III são sentenças abertas.
- (D) I é uma sentença aberta.
- (E) II é uma sentença aberta.

4.(FCC - Agente Fiscal de Rendas (SEFAZ SP)/Gestão Tributária/2006)

Das cinco frases abaixo, quatro delas têm uma mesma característica lógica em comum, enquanto uma delas não tem essa característica.

- I. Que belo dia!
- II. Um excelente livro de raciocínio lógico.
- III. O jogo terminou empatado?
- IV. Existe vida em outros planetas do universo.
- V. Escreva uma poesia.

A frase que não possui essa característica comum é a

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) IV.
- (E) V.

5.(FCC - Agente (TCE-PB)/Protocolo e Tramitação/2006 (e mais 1 concurso)

Sabe-se que sentenças são orações com sujeito (o termo a respeito do qual se declara algo) e predicado (o que se declara sobre o sujeito). Na relação seguinte há expressões e sentenças:

1. Três mais nove é igual a doze.
2. Pelé é brasileiro.
3. O jogador de futebol.
4. A idade de Maria.
5. A metade de um número.
6. O triplo de 15 é maior do que 10.

É correto afirmar que, na relação dada, são sentenças apenas os itens de números

- (A) 1, 2 e 6.
- (B) 2, 3 e 4.
- (C) 3, 4 e 5.
- (D) 1, 2, 5 e 6.
- (E) 2, 3, 4 e 5.

6.(FCC - Analista Judiciário (TRT 9ª Região)/Administrativa/2004 (e mais 12 concursos)

Admita que, a cada semana, um processo seja arquivado em um fórum. Uma proposição aberta, com x sendo um número natural, equivalente à sentença interrogativa “em quantas semanas são arquivados mais de 210 processos nesse fórum?” é:

- (A) $210x > 7$
- (B) $210x = 7$
- (C) $7 + x = 210$
- (D) $7x = 210$
- (E) $7x > 210$

7.(FCC - Agente Fiscal de Rendas (SEFAZ SP)/Gestão Tributária/2006)

Considere a proposição “Paula estuda, mas não passa no concurso”. Nessa proposição, o conectivo lógico é

- (A) disjunção inclusiva.
- (B) conjunção.
- (C) disjunção exclusiva.
- (D) condicional.
- (E) bicondicional.

8.(FCC - Técnico Judiciário (TRF 1ª Região)/Administrativa/“Sem Especialidade”/2006 (e mais 2 concursos)

Se todos os nossos atos têm causa, então não há atos livres. Se não há atos livres, então todos os nossos atos têm causa. Logo,

- (A) alguns atos não têm causa se não há atos livres.
- (B) todos os nossos atos têm causa se e somente se há atos livres.
- (C) todos os nossos atos têm causa se e somente se não há atos livres.
- (D) todos os nossos atos não têm causa se e somente se não há atos livres.
- (E) alguns atos são livres se e somente se todos os nossos atos têm causa.

9.(FCC - Estagiário (SABESP)/Ensino Superior/2019)

Considere válidas as seguintes afirmações:

“Se Antônio passar no concurso, então Benedita e Carlos serão ambos promovidos.”

“Benedita foi promovida, mas Carlos não.”

Com base nessas informações, é possível concluir que:

- (A) Antônio não passou no concurso.
- (B) Benedita passou no concurso, mas Carlos não passou.
- (C) Benedita não passou no concurso, mas Carlos passou.
- (D) Benedita e Carlos não passaram no concurso.
- (E) Antônio foi promovido.

10.(FCC - Agente Técnico de Hidromecânica (SANASA)/Mecânico/2019 (e mais 5 concursos)

Em uma equipe de futebol, sempre que André ou Bruno não jogam, o técnico escala Carlos para jogar, e Daniel sempre joga quando André joga. Se Carlos não jogou, então

- (A) André jogou, mas Bruno não.
- (B) Daniel jogou, mas Bruno não.
- (C) André e Bruno não jogaram.
- (D) Bruno jogou, mas Daniel não.
- (E) Daniel e André jogaram.

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITO CONSTITUCIONAL

1.(FCC - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO/2016)

A respeito da distinção entre princípios e regras, é correto afirmar:

- (A) As regras e os princípios são espécies de normas jurídicas, ressalvando-se a maior hierarquia normativa atribuída aos princípios.
- (B) Os princípios possuem um grau de abstração maior em relação às regras, aplicando-se pela lógica do “tudo ou nada”.
- (C) Os princípios por serem vagos e indeterminados, carecem de mediações concretizadoras (do legislador, do juiz), enquanto as regras são suscetíveis de aplicação direta.
- (D) Na hipótese de conflito entre regras, tem-se a ponderação das regras colidentes.
- (E) Diante da colisão entre princípios, tem-se o afastamento de um dos princípios pelo princípio da especialidade ou ainda pela declaração de invalidade.

2.(FCC - ANALISTA DE GESTÃO (SABESP)/RELAÇÕES PÚBLICAS/2018)

A República Federativa do Brasil se organiza com

- (A) tripartição dos poderes, sendo o Legislativo unicameral.
- (B) tripartição dos poderes, sendo o Legislativo bicameral.
- (C) Poder Legislativo plenipotenciário bicameral.
- (D) Poder Legislativo plenipotenciário unicameral.
- (E) tripartição dos poderes, sendo o Judiciário bicameral.

3.(FCC - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/2018)

Montesquieu, ao analisar a Constituição da Inglaterra, descreve o princípio da separação de poderes e sustenta que

- (A) ao poder legislativo cabe estabelecer a segurança e prevenir as invasões.

(B) não há perigo para a liberdade se a mesma pessoa reúne o poder executivo e o poder legislativo.
(C) os juízes da nação constituem “a boca que pronuncia as palavras da lei”, devendo agir de modo inventivo e inovador.

(D) o poder legislativo será composto por dois corpos distintos, que deliberarão em separado.

(E) o povo não pode, nos grandes estados, ter representantes no poder legislativo.

4.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 15ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/“SEM ESPECIALIDADE”/2018)

À luz da separação dos Poderes, consagrada como princípio fundamental da Constituição Federal,

(A) são funções típicas do Poder Legislativo legislar, fiscalizar e julgar o Presidente da República por crimes de responsabilidade.

(B) ao Tribunal de Contas da União, como órgão do Poder Judiciário, compete a fiscalização externa da atuação do Poder Executivo.

(C) as Comissões Parlamentares de Inquérito são instauradas no âmbito das Casas do Congresso Nacional, cabendo o controle judicial de seus atos ao Supremo Tribunal Federal.

(D) ao Conselho Nacional de Justiça, como órgão do Poder Judiciário no exercício da função jurisdicional, compete a fiscalização externa do Poder Judiciário.

(E) são funções típicas do Poder Executivo a administração da coisa pública, tributação e elaboração de normas jurídicas por meio de medidas provisórias.

5.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 15ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/“SEM ESPECIALIDADE”/2018)

À luz da organização político-administrativa do Estado brasileiro, na qual prevalece a autonomia das entidades federativas,

(A) a autonomia baseia-se na existência de uma única esfera governamental atuante sobre a população, em um mesmo território.

(B) a Constituição Federal prevê mecanismos de proteção do sistema federativo, tais como a repartição de competências administrativas e legislativas entre os entes federados.

(C) a Constituição Federal prevê a possibilidade de instituição de regiões metropolitanas por iniciativa legislativa dos municípios limítrofes interessados na associação.

(D) a autonomia é assegurada a todos os entes sob os aspectos administrativo e fiscal, cabendo, no entanto, somente à União a autonomia legislativa.

(E) a soberania, na qualidade de poder supremo consistente na capacidade de autodeterminação do ente federado, cabe à União e aos Estados membros.

6.(FCC - CONSULTOR LEGISLATIVO (CL DF)/EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO/2018)

As políticas públicas de educação, considerando o poder legislativo e o poder executivo, são uma responsabilidade

(A) do executivo, uma vez que os governos transformam as leis criadas no legislativo em ações práticas que as concretizam e assim viabilizam as políticas constantes de seus programas de governo.

(B) do legislativo, uma vez que sua função primordial é a função política de propor leis que determinam as políticas públicas e seus membros foram eleitos pelo povo, concretizando o ideal previsto na Constituição Federal de o poder ser exercido pelo povo, via seus representantes.

(C) de ambos, uma vez que tanto o legislativo quanto o executivo têm o mesmo poder em propor e sancionar leis das quais se originam políticas públicas, mesmo o executivo tendo o poder de voto, que pode ser derrubado.

(D) compartilhada, uma vez que cabe ao legislativo dispor sobre a matéria por meio de leis e da fiscalização e controle dos atos do executivo e ao executivo dar materialidade à legislação por meio das políticas públicas necessárias à sua consecução.

(E) do aparato estatal de ambos os poderes, coadjuvados pelo poder judiciário que fiscaliza as decisões e ações do legislativo e do executivo para a correta condução do país, contando com os Tribunais de Contas para que esse procedimento seja respeitado.

7.(FCC - CONSULTOR LEGISLATIVO (CL DF)/REDAÇÃO PARLAMENTAR/2018)

O Estado de Direito se caracteriza pela divisão dos poderes, atribuições específicas distribuídas entre órgãos do Estado. Graças a essa divisão, com os poderes limitando uns aos outros, o governo fundado na lei, ou seja, a liberdade, torna-se possível. As três ordens de poderes são: o parlamento (o legislativo), que faz as leis; o executivo, que aplica as leis, executando as normas estabelecidas pelo legislativo e o judiciário, que as

aplica exercendo sua função de resolver conflitos entre os componentes da sociedade e entre estes e o Estado. No entanto, essa separação não pode ser considerada uma prática rígida, pois na conformação do Estado contemporâneo o princípio da interdependência e o controle mútuo levam a práticas que relativizam a divisão ou separação dos poderes.

(Adaptado de: MOSCA, G. e BOUTHOU, G. História das Doutrinas Políticas desde a Antiguidade. Zahar Editores, 1962, cap. XXIX, pp 200-204)

São exemplos de aplicação do princípio da interdependência e de controle mútuo entre os poderes:

(A) a fiscalização dos atos do Poder Executivo pelo Legislativo, a nomeação de juízes de instâncias intermediárias pelo Poder Executivo e a possibilidade de processar membros do Executivo e do Legislativo nas Instâncias Inferiores do Judiciário.

(B) o uso de decretos legislativos pelo Poder Executivo, aprovados ou não pelo parlamento, a aprovação ou rejeição de contas do Poder Executivo (ouvidos órgãos de controle) e o poder do Judiciário de fixar o próprio orçamento.

(C) a interferência mútua por meio de poderes, de veto do Executivo a Leis, fiscalização do Legislativo em relação ao cumprimento das Leis pelo Executivo e o poder do Judiciário de declarar inconstitucionais Leis feitas pelo Legislativo.

(D) a definição de competências para instâncias do Judiciário pelo Legislativo, o poder do Executivo de instaurar o processo constituinte, a fixação de prazos para apresentação de relatórios de gestão do executivo pelo Judiciário.

(E) a realização e controle do processo eleitoral pelo Judiciário, a instauração de processo de destituição de Ministros do Judiciário, o poder de veto de atos do Executivo pelo Legislativo, após processo formal instaurado no Parlamento.

8.(FCC - CONSULTOR LEGISLATIVO (CL DF)/REDAÇÃO PARLAMENTAR/2018)

Estado em que há vários governos regionais e um central, no qual ambos têm poderes quanto a questões específicas. Esses poderes encontram-se, quase invariavelmente, incorporados numa Constituição escrita, que enuncia as questões da alçada dos governos regionais e as da alçada do governo central, bem como os métodos pelos quais devem ser solucionados os conflitos entre os dois (quase sempre processo de revisão judicial). Ambos os níveis de governo possuem, em geral, poderes para tributar e para fazer executar as leis, e ambos [...] são eleitos diretamente pelo povo. [...]

DIREITO ADMINISTRATIVO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1.(FCC - Analista Judiciário (TRF 4ª Região)/Judiciária/Oficial de Justiça Avaliador Federal/2014)

O princípio que traduz a ideia de que a Administração tem que tratar a todos os administrados sem discriminações, benéficas ou peculiares denomina-se princípio da

- (A) moralidade.
- (B) publicidade.
- (C) supremacia do interesse público.
- (D) impessoalidade.
- (E) responsabilidade.

2.(FCC - Analista Judiciário (TRF 4ª Região)/Apoio Especializado/Arquivologia/2012 (e mais 3 concursos)

Determina a Constituição Federal que os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência aplicam-se à administração pública

- (A) apenas direta, mas somente do Poder Executivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (B) direta e indireta, mas somente do Poder Executivo e do Poder Legislativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (C) apenas direta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (D) direta e indireta, mas somente do Poder Executivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (E) direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

3.(FCC - Analista Judiciário (TRF 4ª Região)/Administrativa/"-Sem Especialidade"/2010)

O princípio que norteia a gestão pública em que, qualquer atividade pública deve ser dirigida a todos os cidadãos, sem a determinação de pessoa ou discriminação de qualquer natureza, é o princípio da

- (A) impessoalidade.
- (B) legalidade.
- (C) moralidade.
- (D) igualdade.
- (E) continuidade.

4.(FCC - Analista Judiciário (TRF 4ª Região)/Judiciária/"Sem Especialidade"/2007)

Os princípios da Administração Pública estabelecidos expressamente na Constituição Federal são

- (A) eficiência, razoabilidade, objetividade, indisponibilidade e finalidade.
- (B) capacidade, pessoalidade, razoabilidade, finalidade e publicidade.
- (C) moralidade, eficiência, razoabilidade, autotutela e disponibilidade.
- (D) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (E) impessoalidade, capacidade, eficiência, autotutela e finalidade.

5.(FCC - Analista Judiciário (TRF 4ª Região)/Judiciária/Sem Especialidade/2004)

No que concerne aos princípios administrativos, é INCORRETO afirmar que

- (A) o princípio da moralidade impõe ao administrador o dever de, além de obedecer à lei jurídica, reger suas condutas funcionais de acordo com a lei ética e em consonância com regras tiradas da disciplina interior da Administração, posto que nem tudo o que é legal é honesto.
- (B) a busca pelo aperfeiçoamento na prestação de serviços públicos, exigindo do administrador resultados positivos que atendam às necessidades da comunidade e seus membros, caracteriza o princípio da eficiência.
- (C) o princípio da impessoalidade obriga a Administração Pública a agir de modo imparcial em relação aos administrados, bem como proíbe a promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos sobre suas realizações.
- (D) os princípios administrativos previstos constitucionalmente representam uma relação meramente exemplificativa de dogmas que deverão ser obrigatoriamente observados pelo administrador público.
- (E) o Poder Público pode criar obrigações ou impor vedações aos administrados, independentemente da existência de lei prévia.

6.(FCC - Técnico Judiciário (TRF 4ª Região)/Administrativa/"Sem Especialidade"/2019)

Os atos praticados pelos administradores de uma sociedade de economia mista, nesta qualidade,

- (A) podem ter natureza de ato administrativo, a exemplo de decisões indeferindo requerimento de informações, formulado por particular, sobre os serviços públicos prestados pela empresa.
- (B) têm natureza de ato administrativo discricionário, a exemplo da decisão que aprova a locação de imóveis da empresa que estejam desocupados.
- (C) têm natureza vinculada quando se prestarem a autorizar a alienação de imóveis da empresa que não estejam sendo utilizados para atividades afetas a seu objeto social.
- (D) estão sujeitos à revisão administrativa pela Administração direta, sempre que implicarem indeferimento de pleitos dos empregados públicos ou de particulares.
- (E) estão sujeitos à hierarquia administrativa da Administração direta, porque praticados por pessoa jurídica integrante desta estrutura administrativa.

7.(FCC - Técnico Judiciário (TRF 4ª Região)/Administrativa/Segurança e Transporte/2010 (e mais 4 concursos)

Considere os conceitos sobre o ato administrativo:

I. Toda manifestação bilateral de vontade da Administração Pública que, agindo na esfera jurídica, tenha por fim mediato declarar, modificar ou extinguir direitos ou impor obrigações aos administrados.

II. Declaração do Estado, ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeito a controle pelo Poder Judiciário.

III. Declaração do governo, no exercício de suas funções, com exclusão das empresas estatais, manifestada mediante providências políticas e administrativas, sem necessidade de controle jurisdicional.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) II e III.
- (E) I e II.

8.(FCC - Analista Judiciário (TRF 4ª Região)/Apoio Especializado/Taquigrafia/2010)

Tendo em vista os requisitos do ato administrativo, observa-se que, quanto aos atos discricionários, o núcleo do que costuma ser denominado pela doutrina de mérito administrativo é formado pelos elementos

- (A) competência e objeto, os quais não podem ser apreciados pelo Judiciário.
- (B) motivo e objeto, os quais não estão sujeitos, em princípio, à apreciação judicial.
- (C) finalidade e motivo, os quais sempre devem ser apreciados pelo Judiciário.
- (D) objeto e forma, ambos suscetíveis de apreciação judicial em qualquer hipótese.
- (E) finalidade e competência, ambos insuscetíveis de apreciação pelo Judiciário.

9.(FCC - Analista Judiciário (TRF 4ª Região)/Apoio Especializado/Taquigrafia/2010)

Dentre outras peculiaridades, NÃO é próprio da competência do ato administrativo ser

- (A) imprescritível, uma vez que o não exercício da competência, durante qualquer tempo, não a extingue.
- (B) intransferível, embora seu exercício possa ser parcial e temporariamente delegado, conforme a lei.
- (C) imodificável pela vontade do agente, pois sempre decorre da lei.
- (D) irrenunciável, apesar de seu exercício ser suscetível de delegação, observada a lei.
- (E) de exercício facultativo para os órgãos e agentes públicos.

10.(FCC - Analista Judiciário (TRF 4ª Região)/Apoio Especializado/Contadoria/2007 (e mais 5 concursos)

São requisitos específicos dos atos administrativos:

- (A) objeto; formalidade; argumentação; parte capaz e natureza jurídica.
- (B) conteúdo; licitude; fundamentação; forma e finalidade.
- (C) fundamentação; natureza jurídica; formalidade; competência e objetividade.
- (D) competência; objeto; forma; finalidade e motivo.
- (E) agente capaz; argumentação; forma, finalidade e licitude.

11.(FCC - Analista Judiciário (TRF 4ª Região)/Apoio Especializado/Serviço Social/2004 (e mais 4 concursos)

Dentre os requisitos dos atos administrativos, a finalidade e o motivo correspondem, respectivamente,

- (A) ao poder atribuído ao agente da Administração para o desempenho específico de suas funções, objetivando a prática do ato; ao efeito jurídico imediato que o ato produz ao atender o interesse público.
- (B) ao resultado que a Administração quer alcançar com a prática do ato, o efeito mediato que sucede à sua prática; ao pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento aos atos administrativos, podendo vir expresso em lei, como pode ser deixado ao critério do administrador.
- (C) à relação jurídica que cria o conteúdo do ato, em forma tal que este aparece identificado nessa forma de manifestação unilateral da Administração; à concepção que inclui não só a exteriorização do ato, mas também todas as formalidades a serem observadas durante o processo de sua formação.
- (D) ao elemento que deve portar o ato para que seja imposto a terceiros, independentemente de sua concordância; a imperiosa conformidade do ato com a lei, exceto nos atos discricionários.
- (E) à presunção de que esses atos são legítimos, até prova em contrário; à desnecessidade de prévia manifestação judicial para se tornarem exeqüíveis.

12.(FCC - Técnico Judiciário (TRF 4ª Região)/Administrativa Judiciária/Sem especialidade/2004)

Quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido, ocorre a não observância do requisito de validade do ato administrativo denominado

- (A) finalidade.
- (B) competência.
- (C) motivo.
- (D) forma.
- (E) objeto.

DIREITO DO TRABALHO

DIREITO DO TRABALHO

1. (FCC - 2021 - MANAUSPREV - PROCURADOR AUTÁRQUICO)

Zeus é empregado celetista da Prefeitura de Manaus. Durante o trajeto da sua casa para a sede da Prefeitura, em seu veículo próprio, retornando para o local de trabalho, ainda em horário de intervalo para refeição e descanso, Zeus colide com outro veículo. Em virtude do acidente, o referido empregado teve redução da capacidade laborativa, pelo período de três meses. Nesse caso, à luz da legislação vigente,

(A) trata-se de hipótese de acidente do trabalho, posto que ocorrido no percurso casa-trabalho, ainda que no intervalo para refeição, porque para efeitos desse enquadramento o horário de intervalo, mesmo usufruído fora das dependências do empregador, é considerado em exercício do trabalho.

(B) para que possa caracterizar acidente do trabalho a incapacidade do empregado, em termos percentuais, deve ser superior a cinquenta por cento, por expressa previsão legal, após perícia médica a cargo do Instituto de Seguridade Social.

(C) não se pode falar em acidente do trabalho, visto que o empregado, ainda que no trajeto casa-trabalho, dirigia seu veículo próprio, além do que a incapacidade para o trabalho foi inferior a seis meses.

(D) resta descaracterizado o acidente do trabalho porque apenas o período de intervalo para refeição e descanso usufruído nas dependências do empregador se enquadra legalmente em exercício do trabalho.

(E) poderá ser caracterizado como acidente de trabalho somente se, após a análise de prova pericial, o ocorrido não tiver sido causado por Zeus, hipótese que afasta o enquadramento, conforme legislação previdenciária vigente.

2. (FCC - 2021 - PGE-GO - PROCURADOR DO ESTADO SUBSTITUTO)

Artemis foi contratado como frentista operador de bomba de combustível no Centro Automotivo Posto Nuvens em 01/03/2021, sendo dispensado sem justa causa com o aviso prévio trabalhado de 30 dias, redução de duas horas diárias e último dia de trabalho em

16/08/2021. Recebia o salário fixo mensal no valor de R\$ 2.000,00, sendo que na ocasião o salário mínimo nacional era de R\$ 1.100,00. Nessa situação, considerando as verbas rescisórias e contratuais, Artemis fará jus a

(A) 07/12 avos de férias com um terço; 07/12 avos de 13º salário; saque do FGTS com a multa rescisória de 40%; adicional de penosidade no valor mensal de R\$ 600,00, caso seja reconhecido em perícia técnica.

(B) 06/12 avos de férias com um terço; 06/12 avos de 13º salário; saque do FGTS sem a multa rescisória de 40%; adicional de insalubridade, no valor mensal de R\$ 440,00, caso seja reconhecido em perícia técnica.

(C) 06/12 avos de férias com um terço; 06/12 avos de 13º salário; saque do FGTS com a multa rescisória de 40%; adicional de periculosidade, no valor mensal de R\$ 600,00, independentemente de perícia técnica.

(D) 05/12 avos de férias com um terço; 05/12 avos de 13º salário; saque do FGTS com a multa rescisória de 40%; adicional de periculosidade no valor mensal de R\$ 330,00, caso seja reconhecido em perícia técnica.

(E) 07/12 avos de férias com um terço; 07/12 avos de 13º salário; saque do FGTS sem a multa rescisória de 40%; adicional de periculosidade, no valor mensal de R\$ 330,00, independentemente de perícia técnica.

3. (FCC - 2021 - PGE-GO - PROCURADOR DO ESTADO SUBSTITUTO)

Minerva foi dispensada um dia após o término do contrato entre a gestão municipal e a sua empregadora, Thebas Serviços de Ensino, uma organização social que prestava serviços educacionais ao ente público. Ajuizou ação trabalhista postulando salários atrasados, depósitos no FGTS, verbas rescisórias e férias vencidas em dobro. Neste caso, nos termos de súmula do Tribunal Superior do Trabalho, a Justiça do Trabalho tem entendido que a responsabilidade pelo pagamento destas verbas é

(A) na proporção de 50% entre a empresa Thebas e o município, porque houve terceirização de atividade educacional essencial do ente municipal, conforme previsão constitucional segundo a qual as pessoas de direito público responderão pelos danos que seus agentes causarem.

(B) da empresa Thebas, com responsabilidade subsidiária do município se não houve fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora, em razão da conduta culposa do tomador dos serviços no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666/1993.

(C) apenas da organização social que era a real empregadora de Minerva, sendo que o município somente responderia se não fosse formalizado contrato entre a gestão municipal e a empresa Thebas.

(D) solidária entre a empresa Thebas e a municipalidade, visto que foi terceirizado um serviço essencial do município, que é a educação, conforme entendimento sumulado do TST e lei de terceirização.

(E) apenas da empresa Thebas, em razão da previsão da lei que normatiza licitações e contratos (Lei nº 8.666/1993), segundo a qual a inadimplência do contratado não transfere ao ente público os encargos trabalhistas, independentemente de fiscalização ou não.

4. (FCC - 2021 - PGE-GO - PROCURADOR DO ESTADO SUBSTITUTO)

Em relação aos princípios que norteiam o Direito do Trabalho, considerando-se a doutrina, a legislação e as Súmulas de Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho,

(A) de acordo com o princípio da intangibilidade contratual objetiva, o conteúdo do contrato de emprego pode ser modificado, caso ocorra efetiva mudança no plano do sujeito empresarial.

(B) o princípio da irrenunciabilidade informa que o Direito do Trabalho impede a supressão de direitos trabalhistas em face do exercício, pelo devedor trabalhista, de prerrogativa legal.

(C) não há nenhum dispositivo expresso que atribui aos princípios uma função integrativa ou que indique a primazia do interesse público na Consolidação das Leis do Trabalho, porque a mesma regula o contrato individual nas relações de trabalho.

(D) em razão do princípio da primazia da realidade sobre a forma, o Juiz do Trabalho privilegia a situação de fato, devidamente comprovada, em detrimento dos documentos ou do rótulo conferido à relação de direito material.

(E) o princípio da continuidade do contrato de trabalho constitui presunção favorável ao empregador, razão pela qual tanto o ônus da prova quanto seu término é do empregado, nas hipóteses em que são negados a prestação dos serviços e o despedimento.

5. (FCC - 2020 - AL-AP - ADVOGADO LEGISLATIVO - PROCURADOR)

Quanto ao Direito Coletivo do Trabalho, envolvendo questões relativas à organização sindical, fonte de custeio das entidades sindicais e ao Direito de Greve,

(A) a solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas compõe a expressão social elementar compreendida como categoria profissional.

(B) é facultado aos Sindicatos, quando em número não inferior a três, desde que representem a maioria absoluta de um grupo de atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas, organizarem-se em federação.

(C) o desconto da contribuição sindical está condicionado à autorização prévia e expressa dos que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão.

(D) o empregador exigirá do empregado no ato da sua admissão a apresentação da prova de quitação da contribuição sindical.

(E) as atividades médico periciais relacionadas com o regime geral de previdência social e assistência social não estão elencadas no rol legal dos serviços ou atividades essenciais.

6. (FCC - 2020 - AL-AP - ADVOGADO LEGISLATIVO - PROCURADOR)

Em relação ao instituto jurídico da prescrição no Direito do Trabalho, conforme normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho,

(A) as pretensões quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescrevem em cinco anos para os trabalhadores urbanos e em dois anos para os rurais.

(B) o limite a ser considerado para aplicação da prescrição ao trabalhador urbano é de três anos após a extinção do contrato de trabalho.

(C) o prazo prescricional de dois anos após a extinção do contrato de trabalho se aplica para as ações que tenham por objeto anotações para fins de prova junto à Previdência Social.

(D) não há aplicação da prescrição intercorrente na execução de processos que envolvam verbas oriundas de contratos de trabalho.

(E) a interrupção da prescrição somente ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, mesmo que em juízo incompetente, ainda que venha a ser extinta sem resolução do mérito, produzindo efeitos apenas em relação aos pedidos idênticos.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

EXEMPLO

1.(FCC - 2021 - PGE-GO - PROCURADOR DO ESTADO SUBSTITUTO)

Isis ajuizou uma reclamatória trabalhista em face da empresa Nuvens Esparsas na Vara do Trabalho do município de Catalão-GO. A reclamada apresentou exceção de incompetência em razão do local. Após oitiva da parte excepta a exceção foi acolhida com a decisão judicial de remessa dos autos para a comarca de Brasília-DF. Para reverter a referida decisão judicial, cabe à reclamante excepta

Alternativas

(A) ajuizar Mandado de Segurança, por se tratar de decisão interlocutória que não comporta recurso imediato no Processo do Trabalho.

(B) interpor recurso ordinário no prazo de 8 dias para ser analisado pelo TRT.

(C) interpor agravo de instrumento no prazo de 5 dias para ser apreciado pelo TRT.

(D) apresentar reclamação correcional por ato tumultuário ao andamento processual, no prazo de 5 dias.

(E) opor embargos de declaração para o Juiz de Catalão requerendo o efeito modificativo, no prazo de 8 dias.

2.(FCC - 2021 - PGE-GO - PROCURADOR DO ESTADO SUBSTITUTO)

Em relação ao instituto da prescrição aplicado ao Processo do Trabalho, conforme texto legal e entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho,

Alternativas

(A) o marco prescricional com relação à ação de cumprimento de decisão normativa inicia-se apenas da data de seu trânsito em julgado.

(B) a prescrição intercorrente no processo do trabalho ocorre no prazo de cinco anos, passando a fluir quando o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução e a sua declaração pode ser requerida em qualquer grau de jurisdição.

(C) a transferência do regime jurídico de celetista para estatutário não implica extinção do contrato de trabalho, fluindo o prazo da prescrição quinquenal a partir da mudança de regime.

(D) a prescrição da ação trabalhista abrange pretensões imediatamente anteriores a cinco anos, sendo que é contada das parcelas anteriores ao quinquênio da data da extinção do contrato e não da data do ajuizamento da reclamação.

(E) a pretensão à complementação de aposentadoria jamais recebida prescreve em cinco anos contados da data de implementação da norma que instituiu o benefício e não da cessação do contrato de trabalho.

3.(FCC - 2020 - AL-AP - ADVOGADO LEGISLATIVO - PROCURADOR)

Em relação aos atos, e prazos processuais, no Direito Processual do Trabalho, conforme normas previstas na Consolidação das leis do Trabalho,

Alternativas

(A) os prazos que se vencerem entre os dias 20 de dezembro e 07 de janeiro ficarão interrompidos, assim como aqueles que ocorrem entre 01 de julho e 01 de agosto.

(B) ao juízo incumbe dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito.

(C) os atos processuais realizar-se-ão nos dias úteis, apenas no horário compreendido entre as oito e as dezoito horas e serão públicos, salvo quando o contrário determinar o interesse público.

(D) diante da reforma trabalhista trazida pela Lei nº 13.467/2017, a penhora não poderá realizar-se em domingo ou em dia de feriado, independentemente de autorização judicial.

(E) os prazos estabelecidos na CLT contam-se com inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento e serão contínuos e irrelevantes.

4.(FCC - 2020 - AL-AP - ADVOGADO LEGISLATIVO - PROCURADOR)

Quanto à aplicabilidade do Código de Processo Civil e da Lei de Execuções Fiscais ao Processo do Trabalho,

Alternativas

(A) havendo dúvidas de interpretação, o direito processual comum será fonte concorrente ao direito processual do trabalho, em todas as suas fases.

(B) a Consolidação das Leis do Trabalho não apresenta dispositivos tratando do tema, ficando a critério do julgador a exegese cabível aplicada ao caso concreto.

(C) nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo que for incompatível com as normas previstas no denominado Processo Judiciário do Trabalho.

(D) na fase de execução do Processo do Trabalho não serão aplicados os preceitos que regem os executivos fiscais para cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública Federal.

(E) a Lei de Execuções Fiscais será aplicada de forma concorrente e preferencial aos trâmites e incidentes na fase de execução do Processo do Trabalho, de forma que prevalecerão tais normas ainda que contrariem as regras previstas na Consolidação das Leis do Trabalho.

5.(FCC - 2019 - SANASA CAMPINAS - PROCURADOR JURÍDICO)

Considere a Consolidação das Leis do Trabalho e a jurisprudência sumulada do TST sobre direito do trabalho e processo do trabalho.

I. A dobra na remuneração de férias é indevida se as férias são pagas fora do prazo, desde que o gozo das mesmas se dê dentro do período concessivo.

II. A exceção de incompetência em razão do lugar deverá ser protocolada pelo réu no prazo de dez dias úteis que antecede à audiência inaugural.

III. A testemunha que mentir em juízo de forma intencional poderá ser multada pelo Juiz da causa em até 10% do valor corrigido da causa.

IV. A cessação da atividade da empresa, se for esse o motivo da rescisão contratual, isenta a empresa do pagamento do aviso prévio.

Está correto o que consta APENAS de Alternativas

- (A) I, II e IV.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III.

6.(FCC - 2019 - SANASA CAMPINAS - PROCURADOR JURÍDICO)

Considerando a Consolidação das Leis do Trabalho, Alternativas

(A) pelo princípio do impulso oficial da execução trabalhista, é dever do Juiz dar início ao processo de execução, ainda que as partes estejam com advogado constituído nos autos.

(B) não é lícito à empresa executada em Esfera Trabalhista promover a garantia do Juízo ofertando seguro-garantia judicial por não ser competente a Justiça do Trabalho para apreciar a relação civil do contrato de seguro.

(C) é passível de condenação em ação trabalhista promovida pela empresa em face de seu empregado por ter publicado em redes sociais informações falsas em relação à mesma que lhe causaram prejuízo moral.

(D) sendo réu em ação trabalhista um Conselho Regional de determinada Profissão do Estado de São Paulo, o mesmo é isento do pagamento de custas processuais, por possuir natureza de autarquia.

(E) é lícita a contratação de trabalhador de forma intermitente, desde que a empresa dê ciência da convocação ao prestador de serviços com pelo menos cinco dias de antecedência.

7.(FCC - 2019 - SANASA CAMPINAS - PROCURADOR JURÍDICO)

Beethoven ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa Pianos de Cauda S/A postulando equiparação salarial com o empregado Mozart, alegando que sempre exerceu a mesma função, porém recebendo salário inferior. Em defesa, a empresa confirma o exercício das mesmas funções, mas sustenta que o pedido não procede, posto que a diferença de tempo de casa dos citados empregados é de 3 anos, o que torna Mozart com maior capacidade e perfeição técnica, sendo excludente do aludido direito. A sentença é proferida e julgada procedente, sendo a empresa condenada a pagar R\$ 3.500,00 ao reclamante Beethoven e mais R\$ 1.050,00 de honorários de sucumbência, eis que era o previsto no contrato juntado na petição inicial, ou seja, 30% de honorários no êxito da ação. A empresa recorre da sentença, sob fundamento de que a lei não teria sido corretamente aplicada, ressaltando a tese já invocada, bem como insurgindo-se contra a condenação em honorários de sucumbência, que entende exorbitante. Ao recurso deverá ser

Alternativas

(A) negado provimento para manter inalterada a sentença de primeira instância, tendo o juiz de origem acertado ao aplicar a lei quanto à equiparação salarial e respeitado a vontade das partes celebrantes do contrato de mandato entre autor e seu advogado.

(B) dado provimento parcial para manter a condenação em equiparação salarial e reduzir a condenação em honorários de sucumbência para no máximo 10% do valor da condenação.

(C) dado provimento total porque a diferença de tempo na empresa de 3 anos faz presumir a maior capacidade e perfeição técnica de Mozart, bem como descabidos honorários de sucumbência por não estar o autor assistido pelo sindicato.

(D) dado provimento parcial para manter a condenação na equiparação salarial e afastar a condenação em honorários de sucumbência posto que descabidos na hipótese já que o autor estaria assistido por advogado particular.

(E) dado provimento parcial para manter a condenação na equiparação salarial e reduzir a condenação em honorários de sucumbência para, no máximo, 15% do valor da condenação.

8.(FCC - 2018 - PREFEITURA DE CARUARU - PE - PROCURADOR DO MUNICÍPIO)

No tocante ao recurso de revista, considere:

I. O relator do recurso de revista poderá denegar-lhe seguimento, em decisão monocrática, nas hipóteses de intempestividade, deserção, irregularidade de representação ou de ausência de qualquer outro pressuposto extrínseco ou intrínseco de admissibilidade.

II. Nas causas sujeitas ao rito sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por violação direta da Constituição Federal.

III. O Tribunal Superior do Trabalho examinará previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica, podendo, por decisão monocrática do ministro Relator, denegar seguimento se entender não configurada a transcendência.

Está correto o que se afirma em:

Alternativas

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (FCC - 2021 - TJ-SC - TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR)

De acordo com a lei que o disciplina, no mandado de segurança

- (A) não se admite litisconsórcio ativo, exceto apenas para a tutela de direitos coletivos.
- (B) não é admitido o ingresso de litisconsorte ativo após o despacho da petição inicial.
- (C) não se admite, em nenhuma hipótese, litisconsórcio ativo.
- (D) será admitido o ingresso de litisconsorte ativo em qualquer fase do processo, desde que anterior à prolação da sentença.
- (E) só se admite o ingresso de litisconsorte ativo após o despacho da petição inicial se houver concordância da autoridade coatora.

2. (FCC - 2021 - TJ-SC - TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR)

De acordo com o Código de Processo Civil, o ajuizamento de ação visando declarar a inexigibilidade de débito constante de título executivo extrajudicial

- (A) não inibe o credor de promover a execução desse título.
- (B) implica a extinção do processo de execução desse título.
- (C) implica a extinção, sem resolução de mérito, dos embargos do devedor opostos contra a execução desse título.
- (D) implica a suspensão automática do processo de execução desse título até que venha a ser julgada em definitivo.
- (E) implica a suspensão automática do processo de execução desse título até que venha a ser julgada em primeiro grau de jurisdição.

3. (CC - 2021 - TJ-SC - TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR)

De acordo com o Código de Processo Civil, a liquidação de sentença

- (A) não poderá ser realizada na pendência de recurso.
- (B) exige, em todos os casos, nova citação do devedor.

(C) observará o procedimento comum quando houver necessidade de alegar e provar fato novo.

(D) somente será realizada por arbitramento se houver convenção das partes nesse sentido.

(E) admite a rediscussão de todos os aspectos da lide.

4. (FCC - 2021 - TJ-SC - TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR)

De acordo com o Código de Processo Civil, a carta rogatória será expedida para que órgão jurisdicional

- (A) integrante de outro ramo da Justiça brasileira pratique ou determine o cumprimento de ato relativo a pedido de cooperação judiciária.
- (B) estrangeiro pratique ato de cooperação jurídica internacional, relativo a processo em curso perante órgão jurisdicional brasileiro.
- (C) brasileiro pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato relativo a pedido de cooperação judiciária formulado por órgão jurisdicional de competência territorial diversa.
- (D) estrangeiro ou brasileiro pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato objeto de pedido de cooperação judiciária formulado por juízo arbitral, inclusive os que importem efetivação de tutela provisória.
- (E) da primeira instância pratique, na área de sua competência territorial, ato objeto de determinação de Tribunal.

5. (FCC - 2021 - TJ-SC - TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR)

Quando ordenada por juiz incompetente, a citação válida

- (A) somente produz efeitos se o processo versar sobre direitos disponíveis.
- (B) não produz efeito.
- (C) não torna litigiosa a coisa, mas constitui em mora o devedor.
- (D) torna litigiosa a coisa, mas não constitui em mora o devedor.
- (E) induz litispendência.

6. (FCC - 2021 - TJ-SC - TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR)

De acordo com o Código de Processo Civil, tramitam necessariamente em segredo de justiça os processos que versem sobre

- (A) interdição, emancipação e arbitragem, independentemente de comprovação de acordo de confidencialidade.
- (B) divórcio, inventário e danos morais.
- (C) alimentos, filiação e união estável.
- (D) casamento, divórcio e danos morais.
- (E) execução, alimentos e guarda de crianças.

7. (FCC - 2021 - TJ-SC - TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR)

De acordo com o Código de Processo Civil, o erro de forma do processo acarreta a anulação

- (A) de todos os atos do processo, desde o despacho inicial.
- (B) de todos os atos do processo, desde o ajuizamento da ação.
- (C) dos atos do juiz, mas jamais das partes.
- (D) dos atos que não possam ser aproveitados, apenas.
- (E) dos atos das partes, mas jamais do juiz.

8. (FCC - 2021 - DPE-AM - DEFENSOR PÚBLICO)

A suspensão de liminar

- (A) não alcança, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, o órgão público não personificado, ainda que a decisão constitua óbice ao exercício de seus poderes ou prerrogativas.
- (B) pode ser demandada, a qualquer momento, inclusive após o trânsito em julgado da decisão que se pretende suspender, desde que demonstrados os motivos relevantes previstos em lei.
- (C) tem como pressuposto a demonstração de que a decisão atacada gera grave lesão à ordem, saúde, segurança e economia pública ou interfira na harmonia entre os três poderes.
- (D) pode ser impugnada, se concedida ou se negada, por meio de agravo, que será levado a julgamento na sessão seguinte a sua interposição.
- (E) embora tenha natureza política, o Código de Processo Civil, ao incluí-la entre os recursos, impôs, para seu conhecimento, a observância dos requisitos recursais intrínsecos e extrínsecos.

9. (FCC - 2021 - DPE-AM - DEFENSOR PÚBLICO)

A revelia

- (A) pode ocasionar o julgamento antecipado do pedido, caso a parte autora não faça requerimento de produção de provas.

(B) induz presunção absoluta de veracidade dos fatos alegados pela parte autora na petição inicial.

(C) somente não gera a presunção de veracidade se as alegações de fato formuladas pela parte autora forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos.

(D) não impede que o revel intervenha no processo no estado em que se encontra, desde que o faça antes da prolação de sentença.

(E) contempla apenas a situação do réu que, citado pessoalmente, deixar de constituir advogado e apresentar defesa no prazo; aquele que constitui advogado no prazo, embora não apresente defesa, não pode ser considerado revel.

10. (FCC - 2021 - DPE-AM - DEFENSOR PÚBLICO)

Contra a decisão monocrática do relator versando sobre o indeferimento do pedido de tutela antecipada recursal em agravo de instrumento,

- (A) somente caberá recurso de agravo ao colegiado se houver previsão normativa no regimento interno do respectivo Tribunal de Justiça competente.
- (B) não cabe recurso, visto que tal decisão é de competência exclusiva do Relator e não está submetida ao princípio da colegialidade.
- (C) caberá somente mandado de segurança, como sucedâneo recursal, em vista da ausência de recurso cabível previsto no Código de Processo Civil de 2015.
- (D) caberá recurso de agravo interno para o respectivo órgão colegiado, dirigido ao relator da decisão.
- (E) caberá recurso de agravo interno, dirigido ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

11. (FCC - 2021 - DPE-AM - DEFENSOR PÚBLICO)

Cristiana ajuizou ação com o objetivo de reconhecer e dissolver união estável e requereu gratuidade processual. Apesar de representada pela Defensoria Pública, o pedido de gratuidade foi indeferido pelo magistrado da 1ª Vara de Família de Manaus. O recurso de agravo de instrumento em face desta decisão

- (A) está dispensado do recolhimento de custas, de modo que, caso confirmado o indeferimento da gratuidade pelo Tribunal, somente as custas e despesas posteriores serão cobradas da parte.
- (B) deve necessariamente contar com o prévio recolhimento de custas, uma vez que prevalece a tutela jurisdicional do indeferimento da gratuidade; caso venha a ter o recurso provido, a parte será reembolsada das custas recolhidas.
- (C) depende do recolhimento de custas no prazo de cinco dias da sua interposição, sob pena de não conhecimento do recurso.
- (D) somente demandará o recolhimento de custas quando do trânsito em julgado da decisão que decidir o mérito do recurso.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1.(FCC - 2020 - AL-AP - Analista Legislativo - Técnico de Controle Interno)

A governança corporativa compartilha elementos qualquer que seja a natureza da entidade a que se aplique, mas alguns aspectos são marcadamente diversos entre a governança pública e a privada, por exemplo, a preocupação com

Alternativas

(A) a equidade.

(B) a transparência.

(C) a prestação de contas (accountability).

(D) os crimes de responsabilidade.

(E) a responsabilidade corporativa.

2.(FCC - 2020 - AL-AP - Auxiliar Legislativo - Auxiliar de Transportes)

A interação entre a organização e seus públicos é precípua para as relações em uma instituição, permitindo a interlocução entre os atores envolvidos. São exemplos de público interno, estratégico e multiplicador:

Alternativas

(A) Deputados Estaduais, Servidores Comissionados e Funcionários Terceirizados.

(B) Deputados Estaduais, Palestrantes ocasionais e fornecedores.

(C) Presidente da Assembleia Legislativa, Chefe do Poder Executivo e Chefe do Poder Judiciário.

(D) Presidente da Assembleia Legislativa, Público exclusivo em eventos, Familiares de Parlamentares.

(E) Deputados Estaduais, Público esporádico em eventos e Familiares de Parlamentar.

3.(FCC - 2020 - AL-AP - Analista Legislativo - Administrador)

A aplicação dos preceitos de governança corporativa a instituições públicas ou privadas, pressupõe, entre outros princípios e preceitos, a denominada accountability, que significa que os agentes de governança devem

Alternativas

(A) zelar pelo tratamento justo e isonômico de todas as partes interessadas (stakeholders), levando em consideração seus interesses e expectativas.

(B) prestar informações de modo claro, conciso e tempestivo de sua atuação, sendo responsabilizados por suas ações e omissões.

(C) procurar a maximização dos resultados financeiros da entidade, atuando com eficiência e reduzindo perdas.

(D) adotar práticas de sustentabilidade social, voltadas à inserção da entidade em políticas inclusivas e de respeito à diversidade.

(E) atuar de forma ambientalmente sustentável, privilegiando processos de produção de bens e serviços que não consumam recursos naturais de forma excessiva.

4.(FCC - 2020 - AL-AP - Assistente Legislativo - Assistente Administrativo)

O Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ), baseado em seus critérios de excelência, classifica os processos em

Alternativas

(A) Processos Finalísticos; Processos Secundários e Processos Independentes.

(B) Processos estratégicos; Processos Táticos e Processos Intermediários.

(C) Processos Internos; Processos Externos e Processo Decisivo.

(D) Macroprocesso; Processos-meio e Microprocesso.

(E) Processos Primários; Processos de Apoio e Processo Gerencial.

5.(FCC - 2020 - AL-AP - Assistente Legislativo - Assistente Administrativo)

De acordo com uma pesquisa divulgada em 2018, no âmbito federal, o modelo de Gestão da Qualidade mais utilizado pelas empresas públicas é o ISO 9000 e seus desdobramentos e atualizações normativas. Nesse contexto, os documentos normativos considerados normas brasileiras (NBR) são atualizados e aprovados somente no fórum da

Alternativas

(A) Fundação Nacional da Qualidade (FNQ).

(B) Instituição Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO).

(C) Comissão Administrativa de Defesa Econômica (CADE).

(D) Instituição Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

(E) Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT).

6.(FCC - 2020 - AL-AP - Assistente Legislativo - Assistente Administrativo)

A descentralização político-administrativa é inerente ao modelo de Estado democrático de direito e condição essencial à melhoria das suas instituições democráticas. Nesse contexto de descentralização, as políticas públicas caracterizam-se por

Alternativas

(A) serem definidas segundo os diferentes perfis produtivos e vocacionais de cada local.

(B) definirem modelos genéricos que atinjam todo o território nacional.

(C) adotarem um modelo vertical para criação de oportunidades para iniciativas e empreendimentos locais.

(D) introduzirem o pensamento de uma economia formada por setores e promover essa visão no planejamento nacional.

(E) eliminarem a participação do Estado nas decisões e delegá-las à iniciativa privada.

7.(FCC - 2020 - AL-AP - Auxiliar Legislativo - Auxiliar Operacional)

Em conversa com seu grupo informal na Assembleia Legislativa, um servidor ouviu de um colega que “o modelo de gestão dessa instituição ainda se parece com o dos tempos de Taylor.” Nesse contexto, o fundamento básico da gestão da instituição enfatizava as

Alternativas

- (A) Condições do ambiente.
- (B) Pessoas.
- (C) Tarefas.
- (D) Condições Tecnológicas.
- (E) Estruturas.

8.(FCC - 2020 - AL-AP - Auxiliar Legislativo - Auxiliar Operacional)

As políticas públicas dizem respeito ao conjunto de atividades que proporcionam sustentação para que o Estado, por meio da Administração pública, consolide um conjunto de objetivos relacionados ao desenvolvimento. Políticas Públicas inerentes à democracia e à participação social são consideradas do tipo:

Alternativas

- (A) Específicas.
- (B) Sociais.
- (C) Macroeconômicas.
- (D) Setoriais.
- (E) Administrativas.

9.(FCC - 2019 - Prefeitura de São José do Rio Preto - SP - Agente Administrativo)

No modelo de Administração pública de excelência, justifica-se a aferição dos resultados

Alternativas

- (A) para verificar a legalidade da atuação da Administração pública, uma vez que o não atingimento das metas vicia as políticas públicas eleitas.
- (B) para autorizar novas contratações com a mesma finalidade, dispensada, para tanto, a realização de procedimento licitatório.
- (C) como etapa integrante do planejamento da gestão, uma vez que este só se conclui quando alcançados os objetivos da Administração.
- (D) como instrumento de controle da atuação da Administração pública, pois os resultados atingidos demonstrarão o desempenho e o nível de qualidade da gestão.
- (E) para garantir que a Administração pública esteja obrigada a cumprir as obrigações contratuais que tiver assumido.

10.(FCC - 2019 - Prefeitura de São José do Rio Preto - SP - Agente Administrativo)

A Administração pública gerencial, voltada para a otimização da gestão, com obtenção de metas e resultados,

Alternativas

- (A) permite a flexibilização das normas e princípios aplicáveis, para garantir resultado mais benéfico ao erário.
- (B) não dispensa a observância das regras e princípios aplicáveis à Administração pública, como a observância do contraditório e da ampla defesa.
- (C) sujeita-se ao regime jurídico de direito privado, diferentemente da Administração pública burocrática, sujeita ao regime jurídico de direito público.
- (D) está sujeita à legislação em sua atuação, não lhe sendo aplicáveis, entretanto, os princípios que informam a Administração pública burocrática.
- (E) submete-se aos princípios constitucionalmente estabelecidos, em especial o da eficiência, não se aplicando as regras legais, porque exclusivas da Administração pública burocrática.

11.(FCC - 2019 - Prefeitura de São José do Rio Preto - SP - Analista em Vigilância Sanitária - Arquiteto)

O conceito de eficiência na atuação da Administração pública, conforme definição doutrinária corrente,

Alternativas

- (A) aplica-se exclusivamente às entidades da Administração indireta sujeitas ao regime de direito privado.
- (B) corresponde a uma medida subjetiva, apurada pelo índice de satisfação dos usuários dos serviços públicos.
- (C) representa o cumprimento de metas pactuadas com a sociedade, independentemente dos custos incorridos.
- (D) corresponde ao melhor uso dos insumos na consecução dos produtos ou serviços oferecidos à população.
- (E) é uma adaptação do conceito aplicável ao setor privado, afastando avaliações econômicas, focado em aspectos de legalidade e legitimidade.

12.(FCC - 2018 - ALESE - Analista Legislativo - Administração)

A gestão por resultados passou a ser um tema relevante na Administração pública a partir da adoção do modelo gerencial, apresentando, como uma de suas facetas, o orçamento por resultados, denominado Avanço Brasil, que inovou, a partir do PPA 2000-2003,

Alternativas

- (A) introduzindo a obrigatoriedade de auditoria de custos nas ações e projetos governamentais, para redução de ineficiências.
- (B) assegurando a aplicação de recursos de acordo com os resultados obtidos em exercícios anteriores.
- (C) impondo a contratualização de resultados entre a União e as entidades integrantes da Administração indireta.
- (D) estabelecendo os objetivos públicos a serem atingidos por cada um dos órgãos e alocando os recursos de forma proporcional à importância de cada qual.
- (E) estruturando ações de governo em programas, mensurados por indicadores, com metas definidas.

ORÇAMENTO PÚBLICO

ORÇAMENTO PÚBLICO

1. (FCC - AUDITOR FISCAL (SEFAZ BA)/ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E CONTROLE INTERNO/2019)

O orçamento-programa de um determinado ente público estadual

(A) realiza a alocação de recursos visando a consecução de objetivos e metas e utiliza como principal critério de classificação da despesa a funcional-programática.

(B) visa avaliar a economicidade das ações governamentais bem como a legalidade no cumprimento do orçamento.

(C) apresenta as despesas públicas que devem ser executadas por função, subfunção e elemento de despesa, sendo que a estrutura do orçamento dá ênfase aos aspectos contábeis e de gestão.

(D) impõe ao poder executivo a obrigatoriedade de investir em programas não discriminados como prioritários no Plano Plurianual pelo referido poder, sendo uma forma de implementação de políticas públicas regionalizadas.

(E) incorpora a população ao processo decisório da elaboração orçamentária, sendo que a alocação de recursos visa à aquisição de meios.

2. (FCC - ASSISTENTE TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA FAZENDA MUNICIPAL (MANAUS)/PROGRAMADOR/2019)

O orçamento público que se caracteriza por realizar a alocação de recursos visando à aquisição de meios e por utilizar como principais critérios classificatórios as unidades administrativas e os elementos de despesa e o orçamento público que se caracteriza por realizar a alocação de recursos visando à consecução de objetivos e metas e por utilizar como principal critério classificatório a funcional-programática correspondem, respectivamente, ao

(A) orçamento tradicional e ao orçamento-programa.

(B) orçamento tradicional e ao orçamento clássico.

(C) orçamento impositivo e ao orçamento clássico.

(D) orçamento-programa e ao orçamento por resultado.

(E) orçamento por desempenho e ao orçamento clássico.

3. (FCC - ANALISTA ADMINISTRATIVO (SANASA)/CONTABILIDADE/2019)

Segundo Padoveze (2015), não existe uma única maneira de estruturar o orçamento de uma empresa, e conseqüentemente fazer o processo de avaliação e controle desse orçamento. Dentre as ferramentas para a elaboração do Planejamento Orçamentário de uma empresa, existe o chamado Orçamento de Base Zero (OBZ). A esse respeito, o

(A) OBZ exige que o gestor justifique detalhadamente todas as dotações solicitadas em seu orçamento, cabendo-lhe justificar por que deve gastar dinheiro.

(B) ano anterior é sempre usado como ponto de partida para elaboração do atual.

(C) OBZ está assentado na ideia de “orçamento incremental”, que leva em consideração os dados do ano passado mais um adicional.

(D) OBZ tem como primeira etapa de sua elaboração a definição de uma matriz de responsabilidade e, posterior, identificação dos pacotes de decisão.

(E) OBZ tem como principal vantagem o tempo de elaboração, frente a outros tipos de orçamentos.

4. (FCC - CONTADOR (CM FORTALEZA)/2019)

Considerado um instrumento básico do planejamento de ação do governo, o chamado orçamento-programa

(A) apresenta os propósitos para os quais a Administração solicita os recursos necessários sem, no entanto, identificar os custos dos programas propostos para alcançar tais objetivos, e os dados quantitativos que medem as realizações e o trabalho realizado dentro de cada programa.

(B) não necessita estar vinculado aos planos e às diretrizes macros de governo, ou seja, não é preciso que ele esteja integrado ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA).

(C) vincula o orçamento ao planejamento, devendo mostrar os objetivos e as metas para os quais se solicitam as dotações orçamentárias.

(D) foi instituído no Brasil a partir da Constituição de 1988, que consagrou as funções de planejamento e orçamento público.

(E) tem sua elaboração, sua execução e seu controle baseados na classificação por programas globais, sem considerar as especificidades no nível das atividades

5. (FCC - ANALISTA DA RECEITA ESTADUAL IV (SEF SC)/2021)

Com a finalidade de tornar a Lei do Orçamento Anual mais simples e mais fácil de ser analisada, uma das equipes encarregadas de sua elaboração decidiu apresentar as receitas tributárias apontando seus valores líquidos, ou seja, deduzindo delas a totalidade dos valores referentes à prestação de serviço de cobrança bancária. De acordo com a Lei federal no 4.320, de 17 de março de 1964, esse modo de apresentar a receita tributária

(A) não está errado, desde que, após as devidas verificações, projeções e análises, fique constatado que o valor líquido apurável esteja efetivamente correto.

(B) está correto, pois se trata de exceção legal prevista para vigorar até o dia 31 de dezembro de 2022, prorrogável por mais um ano, em razão dos efeitos da pandemia de Covid-19, valendo para as demais receitas a regra segundo a qual elas devem constar da Lei do Orçamento Anual pelos seus valores totais, vedadas quaisquer deduções.

(C) está errado, pois todas as receitas devem constar da Lei do Orçamento Anual pelos seus valores totais, vedadas quaisquer deduções, sendo facultada, porém, a possibilidade de consignar o valor líquido das despesas, com a indicação, todavia, das deduções feitas.

(D) está errado, pois todas as receitas e todas as despesas devem constar da Lei do Orçamento Anual pelos seus valores totais, vedadas quaisquer deduções.

(E) está correto, pois se trata de exceção legal prevista para vigorar até o dia 31 de dezembro de 2022, em razão dos efeitos da pandemia de Covid-19, valendo para as demais receitas a regra segundo a qual elas devem constar da Lei do Orçamento Anual pelos seus valores totais, vedadas quaisquer deduções, sendo facultada, ainda, a possibilidade de consignar as despesas pelo seu valor líquido, sempre que sua redução resultar de desconto obtido em razão de pagamento antecipado.

6. (FCC - ANALISTA LEGISLATIVO (ALAP)/ATIVIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E DE CONTROLE INTERNO/CONTADOR/2020)

A Lei Orçamentária Anual de um ente público estadual

(A) pode conter dispositivo que regula a instituição e o funcionamento de fundos.

(B) é específica para cada um dos poderes, ou seja, um ente estadual tem três leis orçamentárias diferentes.

(C) pode conter dispositivo que garanta a aplicação de, no mínimo, 10% da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) em ações de urbanismo.

(D) pode deixar de computar os recursos oriundos das operações de crédito com vencimento no longo prazo no total das receitas orçamentárias.

(E) deve computar a receita de alienação de bens pelo valor total e bruto a ser recebido e não pelo resultado a ser obtido com a alienação.

7. (FCC - ANALISTA LEGISLATIVO (ALAP)/ATIVIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E DE CONTROLE INTERNO/TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO/2020)

Todas as receitas e despesas orçamentárias do Poder Legislativo Estadual devem ser, respectivamente, previstas e fixadas na Lei Orçamentária Anual do

(A) Poder Legislativo, em atendimento ao princípio orçamentário da exclusividade.

(B) ente estadual do qual é parte, em atendimento ao princípio orçamentário da universalidade.

(C) ente estadual do qual é parte, em atendimento ao princípio orçamentário da eficiência.

(D) Poder Legislativo, em atendimento ao princípio orçamentário da transparência.

(E) Poder Legislativo, em atendimento ao princípio orçamentário da não vinculação da receita de impostos.

8. (FCC - ASSISTENTE LEGISLATIVO (ALAP)/ATIVIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA/ASSISTENTE DE CONTABILIDADE/2020)

O princípio orçamentário da Unidade ou Totalidade determina

(A) que todas as receitas e todas as despesas devem ser apresentadas pelo valor total e líquido, vedadas quaisquer deduções.

(B) a existência de orçamento único para todos os entes federados, com a finalidade de evitar a ocorrência de múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.

(C) que não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa na lei que estabelece o orçamento.

(D) que poderá haver dispositivo penal além da previsão da receita e da fixação da despesa na lei que estabelece o orçamento.

(E) a existência de orçamento único para cada um dos entes federados, com a finalidade de evitar a ocorrência de múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.

GESTÃO PÚBLICA

EXERCÍCIOS

1.(FCC - Analista (TJ SC)/Administrativo/2021)

Constitui característica convergente entre a gestão pública e a gestão privada:

- (A) atividade regida por recursos oriundos de contribuições compulsórias dos cidadãos e empresas, que devem ser direcionados para a prestação do serviço público e do bem comum.
- (B) subordinação à supremacia do interesse público e à obrigação da continuidade da prestação do serviço.
- (C) possibilidade de fazer tudo aquilo que não estiver proibido por lei.
- (D) busca pelo lucro financeiro e por formas de garantir a sustentabilidade do negócio.
- (E) preocupação com a produtividade, eficiência, eficácia e efetividade de suas ações.

2.(FCC - Analista (PGE MT)/Administrador/2016)

As organizações públicas, assim como as privadas, vêm enfrentando, nas últimas décadas, grandes desafios de adaptação e busca da excelência na atuação e satisfação das expectativas dos consumidores e dos cidadãos. Nesse contexto, emergem convergências e, também, importantes diferenças entre a gestão pública e a privada, eis que

- (A) o modelo de administração gerencial somente é passível de aplicação no setor privado, considerando a supremacia do interesse público sobre o particular.
- (B) eficiência é um conceito próprio das instituições privadas, não aplicável ao âmbito público, eis que a ação governamental é pautada pela legalidade.
- (C) os princípios aplicáveis à Administração pública e o regime jurídico a que se submete inviabilizam a administração por resultados.
- (D) a Administração pública pode melhorar suas práticas utilizando metodologias desenvolvidas pelo setor privado com foco no cidadão-cliente.
- (E) o objetivo da gestão pública é proporcionar o bem-estar à coletividade, enquanto o da iniciativa privada é o lucro, razão pela qual não se aplicam ao setor público os instrumentos de remuneração por resultados.

3.(FCC - Analista Legislativo (ALEPE)/Administração e Políticas Públicas/Consultoria Legislativa/2014)

A respeito das semelhanças e diferenças entre gestão pública e gestão privada, considere:

I. O cliente atendido pelo setor público, paga diretamente pelos serviços por meio dos impostos, que mantêm total simetria de valor com os serviços adquiridos; ao passo que o cliente do setor privado remunera indiretamente a organização, pagando pelo bem ou serviço adquirido.

II. As ações que buscam qualidade no setor privado, em geral, referem-se a metas de competitividade no sentido da obtenção, manutenção e expansão de mercado; ao passo que no setor público, a meta é a busca da excelência no atendimento a todos os cidadãos, ao menor custo possível.

III. A finalidade precípua das atividades de caráter privado é a sobrevivência em um ambiente de alta competitividade, enquanto o objetivo da atividade pública é a geração de um excedente público a ser distribuído de forma democrática entre os cidadãos.

IV. Os regimes de mercado em cada uma das esferas são distintos, com a presença do chamado monopólio artificial no setor público e um regime, não raro de forte concorrência, sob estruturas concentradas no setor privado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) II e III.
- (E) I e II.

4.(FCC - Auditor Fiscal Tributário Municipal (São Paulo)/Gestão Tributária/2012)

Embora haja muitas diferenças entre a gestão pública e a privada, ambas

- (A) devem prestar contas ao cidadão, enquanto membro da sociedade que possui direitos e deveres.
- (B) podem realizar tudo o que não está juridicamente proibido.
- (C) só podem ser criadas ou alteradas por meio de instrumentos contratuais ou societários.
- (D) dependem, para continuar existindo, da eficiência organizacional avaliadas pelos cidadãos consumidores.
- (E) baseiam suas decisões em critérios de racionalidade instrumental.

5.(FCC - Analista Judiciário (TRE SP)/Administrativa/Contabilidade/2012

Na concepção pós-burocrática de administração, de forma semelhante à iniciativa privada, a gestão pública busca

- (A) o lucro em suas atividades para que possa obter recursos para satisfazer o interesse dos cidadãos enquanto consumidores.
- (B) satisfazer os interesses de indivíduos e grupos que consomem seus produtos e (ou) serviços.
- (C) conquistar clientes para comprar seus produtos e serviços, já que não pode depender mais de impostos e taxas.
- (D) analisar e melhorar continuamente seus processos para alcançar eficiência e qualidade na prestação de serviços e produção de bens.
- (E) realizar os princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade como fins éticos da atividade empresarial.

6.(FCC - Analista Judiciário (TRE SE)/Administrativa/2015

Sobre as convergências e diferenças entre a Administração privada e pública, é correto afirmar que

- (A) os contratos de gestão são característicos do modelo de Administração gerencial, na medida em que levam ao estabelecimento de metas e o alcance de resultados.
- (B) a legalidade, a impessoalidade e a hierarquia são pilares principais tanto da Administração privada, quanto da pública.
- (C) a contratualização de resultados exige uma parceria público-privada para se concretizar.
- (D) o controle por resultados não está relacionado a outras formas de controle, como o social.
- (E) a Administração privada é caracterizada por uma gestão gerencial, baseada no cumprimento de procedimentos e normas, o que é semelhante à Administração pública.

7.(FCC - Analista Judiciário (TRT 19ª Região)/Administrativa/"-Sem Especialidade"/2014

Gestão pública e gestão privada apresentam algumas convergências importantes, mas também diferenças significativas em decorrência da natureza e regime jurídico aplicável a cada qual. A respeito do tema, considere:

I. Os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade são próprios da gestão privada, aplicando-se à gestão pública apenas de forma subsidiária ao princípio do interesse público.

II. O princípio da legalidade aplicável à gestão pública possui a mesma conotação do aplicável à gestão privada, tendo, contudo, maior prevalência na gestão pública.

III. O cliente da iniciativa privada paga, apenas, pelos serviços que utiliza, enquanto o cliente da Administração pública os financia através de tributos, mesmo sem usá-los.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) III.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I e II.
- (E) I.

8.(FCC - Analista Ministerial (MPE MA)/Administrativo/2013
Analisar as afirmações que tratam das convergências e divergências entre as organizações públicas e privadas.

I. A Administração direta tem como objetivo proporcionar o bem-estar à coletividade, enquanto a iniciativa privada tem como objetivo primordial o lucro.

II. O "cliente" da Administração Pública paga pelos serviços ofertados mesmo sem utilizá-los diretamente, através dos impostos, enquanto o cliente da iniciativa privada apenas paga pelo que utiliza ou consome.

III. Apenas as entidades privadas utilizam técnicas administrativas como o planejamento, a organização e o controle e sofrem influência do ambiente externo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

9.(FCC - Analista Ministerial (MPE MA)/Administrador/2013

Uma importante diferença entre a administração pública e a administração privada é que

(A) a finalidade principal das atividades de caráter privado é a sobrevivência em um ambiente de alta competitividade, enquanto os objetivos da atividade pública é a geração de um excedente público a ser distribuído de forma democrática entre os cidadãos.

(B) a preocupação em satisfazer o cliente no setor público deve estar alicerçada no interesse, enquanto no setor privado ela está baseada no dever.

(C) o cliente do setor privado remunera indiretamente a organização, pagando pelo bem ou serviço adquirido; o cliente atendido pelo setor público, paga diretamente pelos serviços através dos impostos, que mantêm total simetria de valor com os serviços adquiridos.

(D) os regimes de mercado em cada uma das esferas são distintos, predominando a livre-concorrência no setor público, ao passo que o setor privado assiste a uma forte oligopolização.

(E) as políticas que buscam "qualidade" no setor privado, em geral, referem-se a metas de competitividade no sentido da obtenção, manutenção e expansão de mercado; ao passo que no setor público, a meta é a busca da excelência no atendimento a todos os cidadãos, ao menor custo possível.